

Alinhamento dos ODS ao Plano de Desenvolvimento Institucional: Um estudo na Universidade Federal de Uberlândia

MATEUS HENRIQUE CATANI BENEDETTI

JALUZA MARIA LIMA SILVA BORSATTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LUCAS SILVA BARRETO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CAMILA LIMA BAZANI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Introdução

A Agenda 2030 é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável em que foram definidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O plano incluiu, pela primeira vez, as universidades como agentes potenciais na constituição de práticas sustentáveis e responsabilidade social na busca da concretização desses objetivos. Diante disso, a sustentabilidade foi inserida nos Planos de Desenvolvimento Institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), servindo como um importante direcionador para a implantação das questões socioambientais.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Considerando o papel da UFU no desenvolvimento sustentável da região, formando profissionais em diversas áreas, desenvolvendo pesquisas, estabelecendo parcerias com empresas, governos e sociedade civil. O presente estudo busca responder a seguinte questão: Como se dá o alinhamento dos indicadores do Planejamento Interinstitucional da UFU com a Agenda 2030 e os ODS da ONU? Para responder à questão esta pesquisa tem como objetivo verificar como se dá o alinhamento dos indicadores do Planejamento Interinstitucional da Universidade Federal de Uberlândia (PIDE-UFU) com a Agenda 2030 e os ODS.

Fundamentação Teórica

A agenda 2030 surge como um acordo global ambicioso e transcendentes da história recente, com a importante função de atuar nos países aderentes como um eixo central, responsável por tentar corrigir problemas permanentes em nossa sociedade (SDSN, 2017). Fernandes et al. (2019) discorre que, a partir de 2003 o planejamento passou a fazer parte da vida das universidades, através da Lei n.º 10.861 (2004) responsável por implementar o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), estabelecendo a obrigatoriedade da conjunção de um planejamento por parte das instituições chamado PDI.

Metodologia

O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, privilegiando-se a revisão e a seleção da bibliografia, bem como a análise de documentos que se relacionavam ao problema, ao tema e aos assuntos correlatos. Para a análise utilizou-se os dados disponibilizados nas planilhas do PIDE-UFU 2022-2027, elaborado sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Desenvolvimento e Expansão (CPDE). Para a análise dos dados foram feitas correções dentro de cada eixo temático vinculando da maneira mais coerente aqueles ODS que se aproximavam dos indicadores observados.

Análise dos Resultados

Os resultados demonstraram que, entre os 15 eixos temáticos analisados, em 10 foram realizadas 100% de alterações quanto as vinculações, sendo eles, Extensão e Cultura, Ensino Técnico, Internacionalização, CTIC, Hospital Veterinário, Hospital Odontológico, Comunicação, Gestão e Governança, ESEBA e Gestão de Pessoas. Além disso, após a revisão realizada de acordo com a literatura, 80% das vinculações se concentraram em seis objetivos: ODS 16; ODS 4; ODS 8; ODS 10; ODS 3 e ODS 17.

Conclusão

Diante o desenvolvimento do presente trabalho buscou-se trazer a luz contribuições para as instituições de ensino superior (IES), bem como evidenciar o papel primordial do planejamento estratégico para o atingimento dos ODS. Para as IES, a contribuição surge no âmbito sustentável, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma democrática e inclusiva, a fim de que ele cumpra com o seu caráter social. Para o planejamento estratégico tem-se como primordial o fato de o mesmo ser fundamental para que um destino seja traçado e consequentemente alcançado.

Referências Bibliográficas

Fernandes, A.L; et al. (2019) Planejamento: um estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Revista da FAE, 22(1), p. 115 - 136. Disponível em: <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/623>. Acesso em: 17/04/2023.
SDSN Australia/Pacific (2017): Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne.

Palavras Chave

Planejamento Institucional, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, PIDE-UFU

Alinhamento dos ODS ao Plano de Desenvolvimento Institucional: Um estudo na Universidade Federal de Uberlândia

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980, mais especificamente em 1983, foi criado pela Organização das Nações Unidas, um órgão responsável por promover audiências globais e, conseqüentemente, resultados formais para essas audiências que surgiram após 10 anos de avaliações da conferência de Estocolmo. Até então presidida pela primeira-ministra da Noruega, a comissão mundial do meio ambiente e desenvolvimento – CMMAD teve como resultado de seu trabalho, em 1987, a criação de um relatório chamado *Our Common Future* (Nosso futuro comum) responsável por trazer uma nova visão acerca da preservação global, bem como apresentar para o mundo o termo desenvolvimento sustentável (Instituto Ecobrasil).

A partir do relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido de forma global, como sendo a capacidade que as atuais gerações possuem de atender suas necessidades, sem que as necessidades das futuras sejam comprometidas (Scharf, 2004). Dessa forma, o relatório expõe cada vez mais a importância de uma melhoria contínua entre a relação ser humano - meio ambiente já existente. Deixando de lado a ideia equivocada de que para a existência do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva permanecer estagnado.

Para Elkington (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável se relaciona a uma existência harmônica entre as questões econômicas e ambientais. Com o passar do tempo, não só as organizações, mas também as pessoas, começaram a entender a importância de buscar outros meios – além da relação economia/meio ambiente – para atender aos problemas em escala global. Dessa forma, as pessoas que enxergam a sustentabilidade apenas como uma forma de evitar a degradação ambiental, não conseguem extrair uma visão geral do problema.

Além dos aspectos econômicos e ambientais, as questões sociais passaram a ser incluídas nas discussões sobre sustentabilidade. Uma vez que, para além do impacto direto do ser humano no meio ambiente, a busca por igualdade de direitos, distribuição de renda e equidade de gênero, se faz necessária para que haja equilíbrio econômico e sustentabilidade. Dessa forma, a inclusão começa a ser vista com um caráter lógico, pois seria impossível que as organizações se desenvolvessem em meio a uma população empobrecida, diante de um meio ambiente totalmente degradado e dependendo cada vez mais de sistemas políticos desprovidos da capacidade de fornecer o mínimo para as populações de forma igualitária (Elkington, 2001).

Corroborando para a interpretação trazida por Scharf (2004), na qual a autora expõe que o desenvolvimento sustentável tem, por si só, o dever de alcançar a preservação das riquezas mundiais, englobando os recursos naturais, o acúmulo de capital e a capacidade de gerar qualidade de vida para as sociedades.

Assim, em 1994 com o artigo chamado “The Triple Bottom Line: what is it and how does it work?”, o autor John Elkington traz o conceito de Triple Bottom Line de forma relevante para as discussões acerca do desenvolvimento sustentável. Artigo esse responsável por reiterar um assunto que havia sido discutido a dois anos antes, durante a realização da ECO-92 e do desenvolvimento do plano de sustentabilidade da agenda 21, o qual fixava três áreas de suma importância para o desenvolvimento sustentável: área econômica, social e ambiental.

Após o desenvolvimento e apresentação do conceito, o autor do artigo, John Elkington, foi responsável por promover uma mudança de paradigma na forma como as

empresas trabalhavam com ações sustentáveis internas. Até então, as empresas que, de fato, praticavam ações sustentáveis, as enxergavam apenas como forma de evitar a degradação ambiental, com a diminuição da poluição ou então com a preservação da camada de ozônio, por exemplo. Todavia, a questão sustentável começou a abranger novos horizontes, trazendo para discussão a importância do equilíbrio social, bem como, a sustentabilidade econômica das organizações, sendo assim, o conceito de tripé da sustentabilidade começou a cada vez mais fazer parte do mundo organizacional e conseqüentemente do mundo dos investimentos (Estender & Pitta, 2009).

Neste contexto, em setembro de 2015, 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram de comum acordo para a constituição de um novo plano global para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030. Essa agenda tem como principal objetivo elevar o desenvolvimento do mundo bem como a qualidade com que as pessoas vivem, nos diferentes tipos de sociedade. Concomitante a constituição dessa agenda, surgem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) capazes de traçar metas e auxiliar na forma como as pessoas são trabalhadas e conseqüentemente vão sendo alcançadas até a data limite, 2030 (PNUD, 2016).

Segundo Pimentel (2019), os ODS são ferramentas de planejamento, a médio e longo prazo, que viabilizam o alinhamento nacional de políticas sociais, ambientais e econômicas. É um quadro para orientar políticas públicas em nível mundial considerando a diferenciação de cada país e região, buscando a integração dessas políticas para lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável.

Os ODS têm despertado um grande interesse, produzindo respostas por parte dos governos, empresas e organizações em vários países do mundo, e as universidades se destacam neste processo. Segundo Crow (2014) e Boulton (2009), as universidades ocupam um lugar privilegiado dentro da sociedade, com um inquestionável protagonismo em torno da criação e difusão do conhecimento, além de ser potentes impulsores de inovação global, nacional e local que promovem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

Segundo a SDSN Australia/Pacific (2017), os ODS incluem vários desafios sociais, econômicos e ambientais que requerem transformações no funcionamento das sociedades, economias e como interagimos com o planeta. Neste contexto, as universidades, por meio da educação, da pesquisa, da inovação e da liderança serão essenciais para ajudar a sociedade a enfrentar esses desafios. Além disso, comprometer-se com os ODS também irá gerar benefícios para as universidades, pois ajudará a demonstrar sua capacidade de impacto, de atrair o interesse de formação relacionada aos ODS, de formar novas alianças, de ter acesso a fontes de financiamento e definirá a universidade como uma instituição comprometida com esses propósitos.

Consoante a isso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nomenclatura nacional, surge como uma ferramenta cujo principal objetivo é auxiliar e servir de amparo para que as universidades consigam atingir um conjunto de metas, diretrizes e programas todos estabelecidos dentro de um horizonte temporal. Sendo assim, a Universidade Federal de Uberlândia – UFU faz uso do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE), nomenclatura adotada pela universidade, como sendo uma ferramenta norteadora para os seus planos de ação, orientando quais caminhos percorrer tal como realizando avaliações constantes dos caminhos percorridos. Junto ao PIDE da UFU, temos então a introdução dos ODS cujo principal objetivo, como citado acima, é modificar a forma como interagimos com as pessoas, economias e o meio ambiente (Proplad UFU, 2016)

Diante disso e considerando o papel da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no desenvolvimento sustentável da região, formando profissionais em diversas áreas, desenvolvendo pesquisas, estabelecendo parcerias com empresas, governos e sociedade civil. O presente estudo busca responder a seguinte questão: *Como se dá o alinhamento dos*

indicadores do Planejamento Interinstitucional da UFU com a Agenda 2030 e os ODS da ONU?

Para responder à questão esta pesquisa tem como objetivo verificar, por meio de uma análise documental, como se dá o alinhamento dos indicadores do Planejamento Interinstitucional da Universidade Federal de Uberlândia (PIDE-UFU) com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Sendo assim, o presente estudo mostra-se relevante pois torna-se capaz de demonstrar a forma como a comunidade acadêmica da UFU contribui com os objetivos da agenda 2030, além de trazer para a discussão a forma como se está alinhado os objetivos da universidade junto ao atingimento das metas de desenvolvimento sustentável. Os resultados da pesquisa são responsáveis por trazer a importância das universidades nos contextos local e global e no desenvolvimento de alianças internas e externas entre os setores públicos e privados, acarretando uma maior visibilidade para a universidade e conseqüentemente uma maior quantidade de investimentos para projetos responsáveis por trazer o bem-estar social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agenda 2030 e os ODS nas Universidades

A Agenda 2030 surge como um dos acordos globais mais ambiciosos e transcendentais da história recente, visto que, ela tem a importante função de atuar nos países aderentes como uma espécie de eixo central, responsável por tentar corrigir problemas permanentes em nossa sociedade (SDSN Australian/Pacific 2017). No entanto, o surgimento da agenda, bem como as discussões acerca do desenvolvimento sustentável como temos hoje em dia (relacionando o social, o econômico e o ambiental), surgiram através de conferências responsáveis por apresentar o conceito de sustentabilidade e a sua importância de forma global.

À exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, sendo conhecida como Rio-92. Até aquele momento nenhuma Conferência havia obtido tamanho impacto, seja pelo número de países participantes, mais de 180, ou pelo número de documentos oficiais aprovados extremamente relevantes (PNUD, 2016).

Ademais, no século atual, é possível ver a influência positiva que os assuntos abordados anteriormente trouxeram para as discussões referentes a sustentabilidade ou movimentos sociais, popularizando mundialmente os mesmos. A partir disso, temos três movimentos durante a primeira década do século que provaram sua eficiência e contribuição para os princípios que fundamentam a agenda 2030. O primeiro deles foi a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo em 2002, a Rio+10, tendo como principal objetivo impulsionar práticas que visassem a aceleração da agenda 21.

O segundo foi a Cúpula do Milênio, sendo esse movimento um dos principais modelos para o que temos hoje como visão de objetivos sustentáveis, uma vez que, essa Cúpula foi responsável por estabelecer oito objetivos e uma série de metas de desenvolvimento a serem atingidas até o ano de 2015, recebendo o nome de objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM).

Por fim o terceiro movimento integralizado dentro dessa primeira década é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, responsável por trazer à tona temas como a reestruturação do desenvolvimento sustentável além da economia verde no âmbito da erradicação da pobreza. Esses e outros movimentos durante as duas décadas iniciais do século caminham de forma imponente para as discussões que permeiam a agenda 2030 e o conceito de desenvolvimento sustentável que conhecemos hoje, relacionando o meio ambiente e as estruturas econômicas presentes nas sociedades.

A agenda 2030 é tida como uma lista universal de ações, estruturada com base em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas a serem integralizadas por todos os 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o site GT Agenda 2030 (2014), os objetivos e as metas foram estruturados sobre o legado deixado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com a função primordial de suprir aquilo que eles não conseguiram alcançar, ou seja, almejam substanciar os direitos humanos de todos, alcançar a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e principalmente livrar a humanidade do percalço da pobreza.

Segundo Barbieri (2020) a agenda cumpre com a função de ir muito além dos aspectos estritamente visíveis, os objetivos e as metas, visto que ela agrega uma gama de compromissos fundamentais para o desenvolvimento, trabalhados de forma multilateral por todas as partes envolvidas. Desse modo é possível dizer que o diferencial encontrado na agenda 2030 não está nos seus materiais ou assuntos abordados e sim na forma como as questões trabalhadas foram sintetizadas em dados quantificáveis, facilitando a publicação e o entendimento do grande público, além do acompanhamento e revisão.

Por equilibrar os três grandes pilares do mundo moderno, o sustentável, o social e o econômico, conseguimos ver a atuação de diversos fatores sociais dos mais diferentes setores, caracterizando a agenda como algo global e implementável a todos os países, indiferentemente do seu grau de desenvolvimento.

Ademais, segundo SDSN Australia/Pacific (2017), as universidades possuem uma função inquestionável dentro das sociedades, assumindo o protagonismo na criação e difusão do conhecimento, além de possuir o importante papel de impulsionar a inovação global, nacional e local, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Diante disso, é possível perceber o importante papel que as universidades exercem no cumprimento dos ODS, podendo também se beneficiar com o comprometimento a essas metas.

Assim, segundo SDSN Australia/Pacific (2017), as universidades podem contribuir com os ODS em 4 dimensões: (1) Educação e Aprendizagem, por ser um dos alicerces dos ODS, uma educação de qualidade gera benefícios para pessoas, comunidades e países no âmbito do desenvolvimento sustentável, além de ser fundamental para acelerar a capacidade global de implementar os ODS; (2) Pesquisa – as universidades através de suas competências e capacidades de pesquisa têm papel relevante para auxiliar a superação das dificuldades e desafios sociais, econômicos e ambientais em busca do desenvolvimento sustentável; (3) Governança e Cultura – as universidades são entidades grandes e podem ter um impacto significativo nos aspectos sociais e culturais e de bem estar ambiental dentro de seus campus, comunidades e regiões onde atuam; (4) Liderança Social – o êxito no alcance dos ODS dependerá de ação e colaboração de todos os setores, e com seu papel único dentro da sociedade, as universidades podem ajudar de forma individual ou coletiva, guiar e apoiar as respostas locais, nacionais e internacionais para os ODS.

Por outro lado, a partir dessa adoção as universidades podem adquirir uma variedade de benefícios principalmente pelo caráter global e imagem positiva que os ODS transmitem para as sociedades, os governos, empresas, filantropos e os cidadãos. Dentre os benefícios, estão: a capacidade das universidades em demonstrar para os sócios externos toda a sua relevância e o seu potencial de impacto no bem-estar global e local; a construção de profissionais capacitados e instruídos neste assunto, que tende a ser cada vez mais demandado pelas instituições à medida que os ODS vão sendo abordados como estratégico dos governos e empresas; o desenvolvimento de sinergia entre a universidade, o governos, as empresas e a comunidade, uma vez que, a implementação dos ODS cria um quadro comum que proporciona aos diferentes setores e as organizações, trabalharem juntos compartilhando interesses; a criação de uma imagem mais sensível e representativa das necessidades sociais, evidenciando o caráter transformador no aspecto dos desafios globais, além de que, cabe as

instituições incorporarem os ODS como parte de sua missão, visão e valores (SDSN Australian/Pacific, 2017).



Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
Fonte: gtagenda 2030

Visto todo o exposto acima e tudo aquilo trabalhado acerca das conferências, temos a agenda 2030 estruturada em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, dentro dos âmbitos social, econômico e sustentável, além de 169 metas capazes de assegurarem que eles se mantenham interconectados e cumprindo com a suas reais funções.

Segundo a Organização das Nações Unidas (2022), “os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.”

Dessa forma, podemos lista-los em: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz justa e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Tratando-se de um plano com ações universais, vemos a tentativa de aplicação da agenda dentro de todos os 192 países participantes da ONU, tomado as devidas proporções e adequações necessárias a cada país. No Brasil não é diferente, contamos com um pouco mais de duas centenas de indicadores que cumprem com a função de trazer os objetivos para mais próximo da realidade brasileira. Ademais, temos a presença de sites do próprio governo federal cuja finalidade é a de atualizar os indicadores, à medida que os mesmos vão sendo implementados ou passando por mudanças, e criar quadros gerais que facilitem a visualização e o monitoramento dos objetivos produzidos, dos que estão em análise, dos não datados e por fim, daqueles que não se aplicam ao Brasil.

2.2 Planejamento em Instituições de Ensino Superior

Concomitante a isso, temos o papel das instituições de ensino superior (IES) para com a sociedade na produção e disseminação de conhecimentos, além da responsabilidade de

preparar e formar indivíduos que futuramente venham a trabalhar e compor o ambiente social. Assim, as instituições passam a protagonizar o eixo central nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, além de não se limitarem apenas as relações de ensino-aprendizagem, almejando projetos extracurriculares que interajam com a comunidade acadêmica e criem um valor percebido para o público externo a universidade.

A fim de que se obtenha êxito nas ações propostas e nos objetivos traçados, as IES precisam integrar o desenvolvimento sustentável as suas estratégias. Para Porter (2011) as estratégias funcionam como ferramentas fundamentais que possibilitam à organização antecipar movimentos do ambiente externo prevendo o futuro. Posto isso, surge o planejamento como sendo uma ferramenta de extrema relevância e responsável por tentar garantir ao máximo que tudo aquilo estruturado estrategicamente não sofra com sensíveis alterações no ambiente externo as universidades.

Muriel (2006) expõe que a composição de um bom planejamento pode ser responsável por levar as instituições de ensino superior a alcançarem seus objetivos propostos, aumentando também suas contribuições com a sociedade. Ademais, Fernandes et al. (2019) discorre que por meio de mudanças nas políticas do governo federal em relação ao ensino superior, a partir de 2003 o planejamento passou a fazer parte da vida das universidades, através da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004; responsável por implementar o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), estabelecendo a obrigatoriedade da conjunção de um planejamento por parte das instituições, denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A partir disso, o PDI passa a ser visto como um documento que alinha toda a construção do planejamento institucional, o qual deve ser composto das diretrizes, metas, programas e planos de ações propostos nas mais variadas áreas de atuação da universidade. Podendo-se, portanto, entre outros aspectos, “afirmar que o Plano de Desenvolvimento Institucional passa a ser considerando um instrumento norteador das práticas institucionais e da avaliação institucional, permitindo a compreensão do posicionamento da instituição em um ambiente altamente competitivo, tal como se identifica na contemporaneidade.” (Francisco et al. 2012)

Dessa forma, é de suma importância que as universidades, como instituições de ensino superior com caráter formador, comuniquem suas ações e práticas relacionadas aos ODS. Segundo o estudo de Corte, Gomez e Savegnago (2020), dentro do arcabouço teórico do estudo, que contou com notícias de 67 IES federais brasileiras, as práticas mais frequentes para a contribuição com a agenda 2030 e com os ODS são os eventos para divulgação. Outro fator relevante para a contribuição está ligado diretamente com o papel das universidades na formação de agentes multiplicadores/disseminadores internos e externos, capacitados quanto aos ODS. Com base nisso, cabe as IES irem além dos PDI para abordarem o tema da agenda e dos ODS, sendo identificado pelo estudo que, em torno de 90%, das universidades analisadas elas estão incluindo práticas, serviços e pesquisas com uma perspectiva sustentável (Corte, Gomez & Savegnago, 2020).

3. METODOLOGIA

Como o objetivo deste trabalho é verificar como se dá o alinhamento dos indicadores do planejamento interinstitucional da UFU com a Agenda 2030 e os ODS da ONU, o estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva visa apresentar as características de determinada população ou a elaboração de relações entre as suas variáveis de análise. Justifica-se a utilização deste instrumento, ao fato do objetivo de o estudo estar bem definido, os pesquisadores sabem exatamente o que pretendem com a pesquisa, como buscar as informações e como verificar a frequência com que as mesmas ocorrem.

Essa classificação é do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, podendo ser a mesma classificada quanto a abordagem do problema como pesquisa quantitativa e qualitativa (Silva & Menezes, 2001). A abordagem predominante deste estudo estabeleceu-se segundo as premissas da pesquisa qualitativa, privilegiando-se a revisão e a seleção da bibliografia, bem como a análise de documentos que se relacionavam ao problema, ao tema e aos assuntos correlatos.

Para a análise utilizou-se os dados disponibilizados nas planilhas do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão, PIDE-UFU 2022-2027, elaborado sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Desenvolvimento e Expansão – CPDE e conforme aprovado pelo art. 52 do Regimento do Conselho Universitário – CONSUN (PROPLAD UFU, 2016). As planilhas acessadas pela internet encontram-se localizadas dentro do site da pró-reitora de planejamento e administração da universidade federal de Uberlândia subdivididas em 15 eixos temáticos.

Para a análise dos dados, primeiramente foram feitas correções dentro de cada eixo temático vinculando da maneira mais coerente aqueles ODS que mais se aproximavam dos indicadores observados. Sendo assim, posterior a correção, os dados encontravam-se padronizados e tabelados, prontos para o desenvolvimento de uma análise mais profunda.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PIDE/UFU e os ODS

O Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE da Universidade Federal de Uberlândia – UFU constitui uma ferramenta de suma importância para o planejamento da universidade. Nele, é definida a missão da instituição, bem como as estratégias necessárias para que as metas e os objetivos propostos sejam alcançados.

O documento, balizador para um período de seis anos (2022 – 2027), é elaborado em conjunto por toda a comunidade acadêmica e se mostra como sendo um instrumento de extrema relevância para a gestão, pois orienta o planejamento institucional, permeando quais caminhos seguir e possibilitando que os caminhos já estabelecidos passem por avaliações contínuas (Proplad, 2022).

O PIDE leva em consideração o contexto macroeconômico do período para o qual foi elaborado, bem como a responsabilidade social que é atribuída a universidade no período. Diante disso, através da avaliação do PIDE 2016 – 2021 e do cenário ao qual a universidade está inserida, foram elaboradas diretrizes responsáveis por evidenciar novos indicadores que expressam as metas e ações prioritárias para a instituição durante os próximos seis anos (Proplad, 2022).

O PIDE 2022-2027 foi organizado em duas etapas em nível macro: planejamento estratégico e planejamento tático-operacional. Na etapa de planejamento estratégico foi elaborado a Identidade Estratégica composta por Missão, Visão, Valores e Princípios, Mapa estratégico (Diretrizes), Cadeia de valor e Modelo de Negócios, e foram definidas as políticas e dados institucionais, os eixos temáticos, o portfólio de indicadores e o portfólio de projetos institucionais. A partir da conclusão do planejamento estratégico, prosseguiram-se duas etapas conjuntas: o planejamento operacional (de responsabilidade das unidades acadêmicas e administrativas) e o planejamento tático (de responsabilidade dos eixos temáticos).

Com base nas diferentes áreas de atuação da UFU e suas particularidades, foram definidos eixos temáticos, responsáveis pelo planejamento em nível tático, próxima etapa do planejamento. Foram definidos como eixos: Assistência Estudantil; Comunicação; Ensino Básico; Ensino Profissional; Extensão e Cultura; Gestão de Pessoas; Gestão e Governança; Graduação; Hospital Odontológico; Hospital Veterinário; Infraestrutura Física, Logística e

Sustentabilidade; Internacionalização; Pesquisa e Pós-Graduação; Sistema de Bibliotecas; e Tecnologia da Informação e Comunicação (Tabela 1).

Eixo temático	Número de indicadores consolidados	Fonte de recursos			Autoavaliação - capacidade de execução		
		Orçamentário	Extraorçamentário	Não necessita de recurso	Alta capacidade de execução	Média capacidade de execução	Baixa capacidade de execução
Assistência Estudantil	28	28	0	0	2	26	0
Comunicação	4	0	0	4	0	4	0
Ensino Básico	9	9	0	0	6	3	0
Ensino Técnico	7	7	0	0	3	3	1
Extensão e Cultura	37	37	0	0	8	29	0
Gestão de Pessoas	14	14	0	0	0	12	2
Gestão e Governança	15	15	0	0	3	10	2
Graduação	26	24	2	0	3	19	4
Hospital Odontológico	7	7	0	0	0	6	1
Hospital Veterinário	4	4	0	0	0	4	0
Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	13	12	1	0	1	12	0
Internacionalização	21	21	0	0	0	12	9
Pesquisa e Pós-Graduação	21	15	6	0	3	16	2
Sistema de Bibliotecas	33	14	4	15	0	30	3
Tecnologia da Informação e Comunicação	11	7	4	0	2	8	1
Total	250	214	17	19	31	194	25

Tabela 1: Indicadores e Metas

Fonte: PIDE 2022-2027

Além dos eixos temáticos, foram selecionados sete projetos estratégicos para a instituição, dentre eles, o Projeto Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de promover, de forma articulada e em rede, a inserção dos ODS nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFU, conforme demonstrado na Figura 1.

PROJETOS INSTITUCIONAIS
Projetos
Projeto de Estudos do Teletrabalho
Projeto de Implantação do Sistema SIADS (Sistema Integrado de Gestão Patrimonial)
Projeto de revisão e consolidação de Portarias do Reitor e Resoluções dos Conselhos Superiores
Projeto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Projeto de Análise e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
Projeto de Governança Digital
Projeto de Governança, Gestão de Riscos e Controles
Projeto de Implementação do Sistema dos Centros de Custos

Figura 1: Projetos Institucionais do PIDE 2022-2027/UFU

Fonte: PIDE 2022-2027

Para tanto, foi criado o Comitê Gestor dos ODS na instituição, composto por professores de diversas unidades acadêmicas, integrantes discentes, técnicos administrativos, com a missão de estimular a criação de uma cultura institucional de educar para cidadania econômica, ambiental, cultural e socialmente responsável. Diante da complexidade da instituição, o Comitê é representado por grupos de trabalho nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e comunicação.

4.2 Análise dos Resultados

Diante do papel do PIDE e da importância dos eixos temáticos para a avaliação do desempenho institucional junto a Agenda 2030 e os ODS, análises dentro dos 15 eixos foram feitas, a fim de corrigir inconsistências e melhorar a qualidade dos dados para resultados mais condizentes e representativos com as metas e demandas reais.

Os resultados dessa análise estão demonstrados no Quadro 1.

Eixo Temático	Total de Indicadores	% Alteração de ODS	ODS Adicionados	ODS Retirados
Extensão e Cultura	37	100%	1, 2, 3, 5, 9, 13, 16 e 17	3, 4, 8, 10, 11, 12 e 17
Infraestrutura, logística e	15	80%	3, 9, 10, 11, 12, 13,	4 e 6

sustentabilidade			14, 15 e 16	
Ensino Técnico	7	100%	2, 3, 6, 10 e 16	Nenhum
Internacionalização	21	100%	10, 16 e 17	1, 2, 3, 5, 7, 10, 11, 12 e 17
CTIC	28	100%	7, 12, 16 e 17	9
Hospital Veterinário	4	100%	3, 8, 10 e 16	4
Biblioteca	38	55,3%	3, 9 e 17	16
Hospital Odontológico	7	100%	8, 10 e 16	Nenhum
Assistência Estudantil	28	96,4%	1, 2, 3, 4, 5, 8, 10 e 16	Nenhum
Graduação	26	96,2%	1, 3, 5, 8, 9, 10, 13, 16 e 17	1, 2, 12, 13 e 15
Comunicação	4	100%	5, 9 e 10	12
Gestão e Governança	15	100%	8, 16 e 17	4
ESEBA	9	100%	3, 8, 10 e 11	Nenhum
Gestão de Pessoas	14	100%	5, 8, 9, 10, 16 e 17	3, 4, 9, 12 e 16
PROPP	21	90,5%	8, 9, 11, 16 e 17	Nenhum

Quadro 1: Resumo dos resultados

Fonte: Elaborado pelos autores

O primeiro eixo da análise, Extensão e Cultura, possui um total de 37 indicadores, ficando atrás apenas do eixo Biblioteca com o maior número de indicadores, responsável por 38. Dentre os 37 indicadores do eixo, foi possível realizar alterações quanto as suas vinculações aos ODS em 100% dos indicadores, situação que pode ser percebida também em outros 9 eixos temáticos (Ensino Técnico, Internacionalização, CTIC, Hospital Veterinário, Hospital Odontológico, Comunicação, Gestão e Governança, ESEBA e Gestão de Pessoas) dos 15 analisados. Sendo assim, foi adicionado ao eixo e as diretrizes, os ODS 1, 2, 3, 5, 9, 13, 16 e 17.

Direcionando para o eixo de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade, é percebido que ele possui a segunda menor porcentagem de alteração, 80%, ficando na frente apenas do eixo Biblioteca que possui um total de alteração de 55,3%. Resultado este que se mostra relevante, visto que o eixo Biblioteca possui o maior número de indicadores e aproximadamente um pouco mais da metade deles não precisou de qualquer tipo de alteração. Além do mais, ao olharmos para os ODS adicionados do eixo Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade, percebemos que ele e o eixo Graduação possuem os maiores números de adições, ficando os dois com 9 adições cada. Sendo o número de ODS retirados uma discrepância de ambos, visto que, enquanto o eixo Graduação perdeu 5 ODS, o eixo Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade perdeu apenas 2.

Outro ponto de enfoque interessante é que, dentre os 15 eixos analisados, apenas 5 não tiveram nenhum ODS retirado de seus indicadores. No entanto, contribuições puderam ser feitas e dentre eles no mínimo 3 ODS puderam ser adicionados para complementar as diretrizes. Os ODS que mais se repetiram dentre os adicionados foram, os ODS 16 e 17, responsáveis por Paz, Justiça e Instituições eficazes e Parcerias e Meios de implementação, respectivamente. Já para os ODS retirados, foi percebido uma maior constância entre os ODS 3, 4 e 12, responsáveis por Saúde e Bem-Estar, Educação de Qualidade e Consumo e Produção Responsáveis, respectivamente.

Em relação a porcentagem de alteração dos ODS, os eixos Assistência Estudantil, Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), mantiveram suas porcentagens na casa dos 90%, evidenciando uma grande quantidade de ODS adicionados, que, no entanto, não condizem com a mesma quantidade de ODS retirados, visto que apenas o eixo Graduação apresentou ODS retirados, enquanto os outros dois não contaram com nenhuma mudança.

Graficamente, as alterações na vinculação entre indicadores e os ODS podem ser visualizados na Figura 2, em que se compara a vinculação inicial e a revisada.

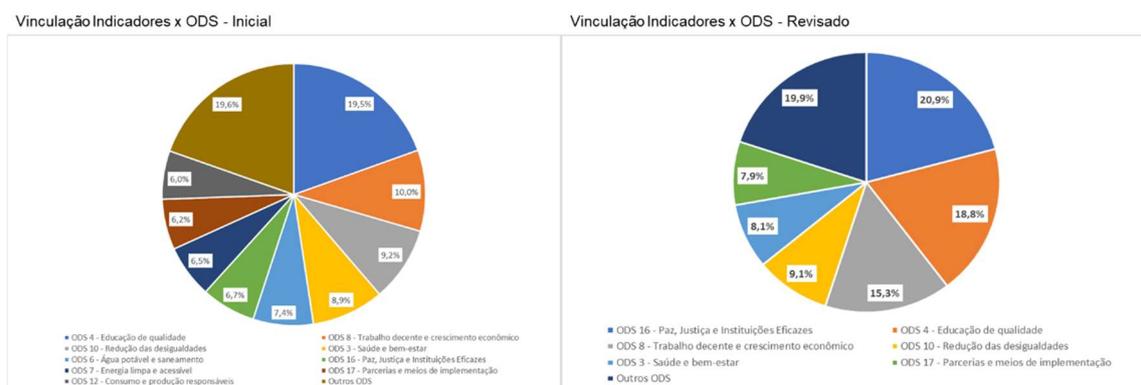


Figura 2: Porcentagem de ODS vinculados Inicial x Revisado

Fonte: Elaborado pelos autores

É possível observar que na vinculação inicial do primeiro ano de avaliação do PIDE, nove ODS foram responsáveis por 80% das vinculações com os indicadores planejados, destacando-se o ODS 4 – Educação de qualidade. Após a revisão realizada de acordo com a literatura pelo CGODS, verificou-se que 80% das vinculações se concentraram em seis objetivos: ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 3 – Saúde e bem-estar; e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo verificar o alinhamento entre os indicadores do Planejamento Institucional de Desenvolvimento e Expansão da Universidade Federal de Uberlândia (PIDE-UFU) com a Agenda 2030 e os ODS.

Para a análise utilizou-se os dados disponibilizados nas planilhas do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão, PIDE-UFU 2022-2027, elaborado sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Desenvolvimento e Expansão – CPDE e conforme aprovado pelo art. 52 do Regimento do Conselho Universitário – CONSUN (Proplad UFU, 2016). As planilhas acessadas pela internet encontram-se localizadas dentro do site da pró-reitora de planejamento e administração da universidade federal de Uberlândia subdivididas em 15 eixos temáticos.

Para a análise dos dados, primeiramente foram feitas correções dentro de cada eixo temático vinculando da maneira mais coerente aqueles ODS que mais se aproximavam dos indicadores observados.

Os resultados demonstraram que, entre os 15 eixos temáticos colocados sob análise, em 10 foram realizadas 100% de alterações quanto as vinculações feitas, sendo eles, Extensão e Cultura, Ensino Técnico, Internacionalização, CTIC, Hospital Veterinário, Hospital Odontológico, Comunicação, Gestão e Governança, ESEBA e Gestão de Pessoas. Em relação ao número de ODS adicionados aos eixos temáticos, os dois que mais sofreram adições foram, o eixo Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e o eixo Graduação, recebendo 9 adições ambos. No entanto, quanto ao número de ODS retirados é visto que o eixo Graduação perdeu 5 ODS, enquanto o eixo Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade perdeu apenas 2. Outro ponto de destaque é que dos 15 eixos analisados apenas 5 não obtiveram nenhuma alteração quanto ao número de ODS retirados em seus indicadores. Sendo os ODS adicionados com maior frequência, os de número 16 e 17, responsáveis por Paz, Justiça e

Instituições eficazes e Parcerias e Meios de implementação, por outro lado, os ODS que foram retirados com maior constância dos eixos temáticos, foram os de número 3, 4 e 12, responsáveis por Saúde e Bem-Estar, Educação de Qualidade e Consumo e Produção Responsáveis, respectivamente.

Diante o desenvolvimento do presente trabalho buscou-se trazer a luz contribuições para as instituições de ensino superior (IES), bem como evidenciar o papel primordial do planejamento estratégico para o atingimento dos ODS. Para as IES, a contribuição surge no âmbito sustentável, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma democrática e inclusiva, a fim de que ele cumpra com o seu caráter social. Para o planejamento estratégico tem-se como primordial o fato de o mesmo ser fundamental para que um destino seja traçado e conseqüentemente alcançado.

Ademais a isso, surge como sugestão para novas pesquisas ou até mesmo continuação do presente trabalho, a análise e o acompanhamento da forma como se dá o alinhamento de planos que abranjam outras esferas da sociedade, junto à agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

- Barbieri, J. C. (2020) Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030. Petrópolis: Editora Vozes.
- Elkington, J. (2001). *Canibais com Garfo e Faca*. São Paulo, Makron Books.
- Estender, A. C.; PITTA, T. D. T. M. (2009). O conceito do desenvolvimento sustentável. *Revista Terceiro Setor-UnG*, 2(1), 22-28. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/399>. Acesso em: 20/05/2023.
- Fernandes, A.L; et al. (2019) Planejamento: um estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). *Revista da FAE*, 22(1), p. 115 - 136. Disponível em: <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/623>. Acesso em: 17/04/2023.
- Francisco, T. H. A. et al. (2012) A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 5(3), p. 81-107. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319327516006>. Acesso em: 05/04/2023.
- Grupo de trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 16/05/2023.
- Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: 07/04/2023.
- Instituto ecobrasil ecoturismo – ecodesenvolvimento. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland. Acesso em: 22/11/2022.
- Kronbauer, C. A. (2002). *A evidenciação do uso de derivativos como instrumento de redução do risco de exposição cambial: um estudo de caso na Gerdau S.A.* São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 228 p.

- Moody, J., & White, D. R. (2003) Structural cohesion and embeddedness: a hierarchical concept of social groups. *American Sociological Review*, 68(1), 103-127.
- Muriel, R. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: análise do processo de implantação. Vitória, ES: Hoper, 2006.
- Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16/05/2023.
- Pimentel, G. S. R. (2019) O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. *Revista nova paideia - revista interdisciplinar em educação e pesquisa*, 1(3), p. 22 - 33. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/riep/article/view/35>. Acesso em: 11/07/2023.
- PNUD (2016). “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” 2016, available at: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>
- Porter, M. E. (2011) Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(1), 62-79. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=39071>. Acesso em: 15/05/2023.
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Disponível em: <http://www.proplad.ufu.br/pide/pide-2022-2027>. Acesso em: 11/07/2023.
- Renova Invest. Disponível em: <https://renovainvest.com.br/blog/triple-bottom-line-o-que-e-e-qual-sua-importancia/>. Acesso em: 13/05/2023.
- Rocha, E., Blajberg, C., Ouchi, C., Ballvé, F., Soares, J., Bellia, L., & Leite, M. (1999, setembro). Cultura e consumo: um roteiro de estudos e pesquisas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23.
- Scharf, R. (2004). *Manual de Negócios Sustentáveis*. São Paulo, Amigos da Terra.
- SDSN Australia/Pacific (2017): Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne.
- Shank, J., & Govindarajan V. (1993). *Strategic Cost Management: the new tool for competitive advantage*. New York, The Free Press.
- Souza, M.J.F.; Santos, A.V.; Coura, A.J.M. (2020) Planejamento e sustentabilidade em instituições de ensino superior à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável. *Reunir Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(1), p. 14-29. Disponível em: <https://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1052>. Acesso em: 1/11/2022.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>.
Acesso em: 22/06/2023.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.unisinos.br>, Acesso em:
10/03/2023.